

Sobre coleções e colecionadores: o acervo de cerâmica do Museu do Índio¹

Renata Curcio Valente

PPGAS / Museu Nacional/UFRJ/Brasil

Palavras-chave: coleções etnográficas, Estado, Povos Indígenas

O presente trabalho tem o propósito de compartilhar um conjunto de questões que dizem respeito a etnografias de coleções e ao desenvolvimento de pesquisas em acervos etnográficos no Brasil, buscando problematizar algumas categorias “naturalizadas”, como as de “coleção” e “coleccionador” a partir de algumas contribuições da antropologia histórica e do debate contemporâneo sobre museus etnográficos.

O argumento que mobilizou este trabalho tem relação com minha experiência e observação prática do cotidiano de um museu etnográfico no Brasil. Trabalho no Museu do Índio há praticamente dez anos, em um setor de pesquisa, não atuando diretamente nos acervos ou nas exposições, sendo portanto, uma área “marginal” em um campo reservado usualmente aos museólogos e aos curadores das exposições. Nosso trabalho, no entanto, dialoga e reflete sobre estes processos e suas dinâmicas, por meio de pesquisas que desenvolvemos, bem como no acompanhamento de políticas e projetos culturais dos povos indígenas. Desde 2012, vimos desenvolvendo pesquisas antropológicas sobre o acervo e sobre as coleções etnográficas do Museu do Índio², com o levantamento de informações etnográficas e documentais em seu acervo, pesquisas sobre as trajetórias dos pesquisadores-colecionadores, com o mapeamento das coleções por tipo de objeto e por pesquisador. Além disso, promovemos debates sobre a arte indígena e sobre o acervos e coleções etnográficas, por meio de cursos e seminários³, e participamos da troca de experiências com pesquisadores em congressos e eventos acadêmicos. Este também tem sido o objeto de minha pesquisa de pós doutorado, em andamento, relacionada ao estudo

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Estas atividades fazem parte do planejamento do Serviço de Estudos e Pesquisas - SEESP/CODIC, por meio dos seguintes sub-projetos: Projeto Coleções de Cerâmica; Projeto Acervo Vivo e Qualificação de Acervos pelos indígenas.

³ Realizamos em 2014 o Seminário de Cerâmica Indígena: A ARTE DA TERRA, onde reunimos antropólogos e artistas indígenas para um debate teórico e oficinas práticas de cerâmica que promoveram uma ampla reflexão sobre a arte indígena e sobre o acervo de objetos etnográficos do Museu do Índio.

sobre coleções e formas de colecionamento do Museu do Índio na virada da década de 1970 para 1980⁴.

Assim, a partir desta experiência etnográfica, de um lado, e acadêmica, de outro, pretendo compartilhar algumas questões para pensar sobre as práticas de colecionamento de artefatos indígenas enquanto processos históricos associados a uma ação administrativa estatal que podemos classificar como uma “política cultural”.

Procuro neste trabalho contribuir para a discussão da validade do recorte de “coleção” como uma categoria para pensar sobre objetos etnográficos em um museu contemporâneo, não como um resultado, um conjunto pronto e representativo de uma realidade cultural, mas o resultado arbitrário de uma forma de organização que responde e corresponde a dinâmicas e processos administrativos de Estado que estiveram, historicamente, relacionados a práticas coloniais.

Em vista do cenário de mudanças nas políticas indigenistas, sobretudo a partir dos anos 90, com o crescente protagonismo indígena na política, na educação e nas artes, o debate acerca de temas envolvendo museus e coleções etnográficas tem sido campo de uma intensa dinâmica, com importantes contribuições sobretudo no que se refere à reorganização de acervos, às práticas colaborativas nos museus etnográficos. O desenvolvimento de museus indígenas e sua articulação em redes também representam desafios para os museus etnográficos estatais e a abertura ao diálogo com as perspectivas e contribuições indígenas a este processo são fundamentais para descolonizar estas práticas museais e contribuir com novas perspectivas de análise e organização das coleções etnográficas. A análise destes processos a partir do Museu do Índio pode ser um ponto de partida interessante de análise. Tomarei como ponto de partida o acervo etnográfico do Museu do Índio, local onde trabalho e pesquiso, observando particularmente as coleções de objetos cerâmicos dos povos indígenas sob sua guarda. Pretende-se, assim, por meio da pesquisa sobre as etnografias que resultaram nas coleções, no levantamento das redes de pesquisadores envolvidos, na identificação das peças coletadas, buscar as próprias histórias de diferentes processos de colecionamento de objetos etnográficos de povos indígenas adotados e envolvendo o Estado brasileiro.

⁴ Venho desenvolvendo a pesquisa de pós doutorado no Museu Nacional, sob orientação de João Pacheco de Oliveira, que tem como objetivo a produção de uma reflexão crítica sobre as práticas institucionais e sobre as formas de produção de conhecimento a respeito de “coleções etnográficas” que foram adotadas pelo Museu do Índio nos anos 70 e 80, por meio do levantamento e da análise das “coleções” etnográficas” deste acervo, das redes de pesquisadores que atuaram e colaboraram para a formação destas “coleções”, bem como das condições históricas e etnográficas de sua produção e destinação

Considerando que todo e qualquer recorte ou forma de catalogar uma lista ou um conjunto de objetos por uma instituição é um ato que envolve uma certa arbitrariedade, a “coleção” seria um ponto de partida, uma estratégia de análise para “entrar em campo” nos arquivos e acervos institucionais de um museu etnográfico estatal. Buscaremos assim, investigar sobre as possibilidades analíticas e teóricas do uso da categoria “coleção” como uma forma de decifrar as histórias dos colecionadores, de investigar as motivações para a formação de uma coleção e de sua doação para uma instituição, entre outras questões. Estas questões nos levariam ao propósito de decifrar os processos históricos envolvidos na formação deste acervo e da própria instituição, permitindo aos pesquisadores e sobretudo aos indígenas, compreender melhor as dinâmicas de circulação dos objetos etnográficos e da constituição de uma instituição museológica e de suas redes. Assim, trazendo um conjunto de reflexões sobre a particularidade da organização institucional deste acervo do Museu do Índio por meio de instrumentos de pesquisa, tem como objetivo contribuir para uma maior conscientização sobre a contemporaneidade e a importância das culturas indígenas.

Museu do Índio e suas coleções

O Museu do Índio completou sessenta anos em 2013, sendo reconhecido como um dos mais importantes museus etnográficos do país. É um museu etnográfico contemporâneo, criado a partir das atividades de pesquisa da Seção de Estudos (SE) do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão responsável pela política indigenista até 1967, quando então é criada a Fundação Nacional do Índio. A origem institucional do museu se articula às formas de ação e de intervenção do Estado brasileiro junto às populações autóctones. Sua trajetória distingue-se, portanto, dos museus etnográficos criados no século XIX, de caráter científico e cujas coleções eram montadas a partir de expedições científicas, orientadas pelas experiências de museus europeus de história natural. As primeiras coleções que contribuíram para a criação do Museu do Índio, tanto de peças como documentação textual e audiovisual, foram resultado das atividades relacionadas ao contato, à “pacificação” e à integração das sociedades indígenas à sociedade nacional, bem como de pesquisas desenvolvidas pela equipe da SE com populações indígenas nas áreas de atuação do SPI.

Atualmente, a instituição é responsável pela guarda do segundo maior acervo etnográfico dos povos indígenas no Brasil⁵, com aproximadamente 18 mil artefatos etnográficos confeccionados exclusivamente por povos indígenas que vivem no território brasileiro e em algumas regiões da América Latina. Este acervo caracteriza-se como um complexo e heterogêneo conjunto de peças, coletadas e colecionadas ao longo da história da instituição por diferentes agentes, entre sertanistas, funcionários e indigenistas, como também por especialistas e pesquisadores acadêmicos, que contribuíram para a formação de suas coleções etnográficas.

Sua base de dados permitiu constatar que a categoria “coleção” refere-se a critérios museológicos, a partir do tipo de técnica de produção da peça (adornos ecléticos, adornos plumários, armas, cerâmica, trançados, etc). Dentro deste conjunto mais amplo, é possível identificar na categoria “coleção” a origem institucional, por departamento da Funai, como Artíndia, bem como o nome do coletor, ou colecionador, por registro pessoal. Podemos argumentar que na trajetória histórica inicial da instituição, sobretudo sob a estrutura do SPI, no que se refere à particularidade da gestão dos acervos no Museu do Índio, observamos que não foi uma prática da instituição constituir, sistematizar ou nomear coleções, classificar os conjuntos de objetos etnográficos em “coleções etnográficas”. Não se dava importância, no registro, ao conjunto de peças, definido seja por uma determinada região de origem ou por um certo grupo indígena, buscando-se atribuir a ele uma nomeação como uma determinada “coleção”. O recorte de “coleções”, identificado por meio dos registros dos artefatos, vai se dar somente a partir de 1967, quando a numeração tripartite permitiu caracterizar: 1) o ano da coleção, 2) seu número e 3) o número da peça. Assim, até então não havia como identificar, pelo número de registro da peça, o conjunto do qual ela fazia parte, uma vez que as peças eram registradas por meio de numeração corrida, dos objetos individualmente identificados.

Ao longo dos anos, a instituição investiu na organização e gestão de seus acervos e no desenvolvimento de instrumentos de organização de dados e de pesquisa em diferentes instrumentos e suportes, como o livro de tombo (1967-1984), a base de dados disponível on-line (internet) e a digitalização de acervos textuais.

A partir dos instrumentos de pesquisa disponíveis, é possível fazer um trabalho de pesquisa histórico dos processos de colecionamento, como uma abordagem “estratigráfica” deste acervo, uma análise das camadas sobrepostas de informações,

⁵ Somente o Museu Nacional (UFRJ) possui um número de peças superior ao acervo do Museu do Índio.

dados, coleções e fichas catalográficas em processos sucessivos. Para alcançar os objetivos propostos, restringiremos nosso campo de análise para as coleções de cerâmica do acervo do Museu do Índio.

As coleções de Cerâmica

Dentro deste vasto universo de objetos etnográficos, delimitarei minha pesquisa para o estudo do conjunto das coleções de cerâmica sob a guarda do Museu do Índio, mais precisamente, aquelas adquiridas nos primeiros anos da criação da instituição até os anos 80.

O acervo de objetos de cerâmica do Museu do Índio (FUNAI/MJ) guarda um conjunto de artefatos etnográficos de grande expressão e diversidade. Este acervo abrange um período de mais de 60 anos da arte cerâmica dos povos indígenas (1950-2016), reunindo peças de mais de quarenta povos indígenas que vivem no Brasil e na América do Sul. Em termos globais, temos artefatos cerâmicos de um total de 41 grupos indígenas, sendo mais de 50% da região norte (25), alguns do centro oeste (08) e em menor expressão, da região nordeste (5), sul (1) e sudeste (2).

Deste total, identificamos 125 “coleções”, nem sempre um conjunto definido na base de dados, mas identificado por meio de alguns critérios, como ano, origem institucional ou coletor. Entre elas, 117 são de peças de grupos indígenas que vivem no Brasil e 8 que vivem, na Bolívia e Peru.

Enquanto artefatos etnográficos os objetos de cerâmica já tiveram maior prestígio, principalmente nos anos 50. Do total de 2.471 artefatos cerâmicos adquiridos pela instituição, mais de 50%, cerca de 1350 objetos, foram adquiridos nesta década. Pela dinâmica dos registros de entrada e aquisição das peças de cerâmica da instituição na década de 1950, nota-se que o interesse e disponibilidade da instituição para adquirir estas peças neste período foi grande, decrescendo sensivelmente a partir da década de 60, mantendo-se baixo ao longo de todos estes anos.

Os diferentes momentos da história do colecionamento da instituição revelam que as aquisições variam de etnia para etnia conforme o tempo. Este fato pode revelar certas preferências estéticas por peças de determinadas etnias, em decorrência de um certo modismo; ainda, podem revelar relações mais próximas entre as agências do Estado com determinados grupos indígenas, como reflexo de relações políticas mais próximas, por fim, expressam os diferentes momentos de contato das agências de Estado com os grupos

indígenas. Assim, muitas das coleções dos anos 50 foram adquiridas até mesmo antes, nos anos 40, resultado de pesquisas etnográficas orientadas pela Seção de Estudos do SPI para determinados grupos indígenas. Observamos um número representativo de objetos cujas origens eram de grupos indígenas do centro-oeste, sobretudo de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, Goiás, bem como São Paulo e Minas Gerais, para onde se orientavam as pesquisas de então, com a aquisição de peças dos seguintes grupos: Karajá (Mario Simões, Hugo Flores, Eduardo Galvão), Waurá (Irmãos Villas Boas, Pedro Lima), Kaingang, Terena (Roberto Cardoso de Oliveira), Kadiwéu (Darcy Ribeiro), Maxakali (Max Boudin) e Guarani, bem como de determinadas regiões do Norte, com peças Tukuna (Gastão Cruls), Baniwa (Eduardo Galvão).

Nos anos 70, observamos que as “coleções” estão registradas, em sua grande maioria, tendo como referência os departamentos da Funai (Departamento Geral de Estudos e Pesquisas, DGEP), Loja Artíndia, pelos nomes dos indigenistas, funcionários ou presidentes da Funai, com apenas poucas referências a pesquisadores e antropólogos de origem acadêmica, o que denota a intensa atuação em áreas de novos contatos, a partir de grandes empreendimentos, como a abertura de estradas, como a Transamazônica.

A partir do ano 2000, o trabalho colaborativo com indígenas vem sendo adotado, principalmente na organização de exposições, se refletindo também nas coleções, sendo um discurso institucional identificado com o protagonismo dos povos indígenas e com as novas perspectivas ligadas a formação de museus indígenas⁶. As coleções de cerâmica adquiridas mais recentemente foram resultados de novas exposições realizadas, em que são encomendadas peças para os grupos indígenas com os quais se realizam os projetos expositivos (ex: Wayãpi e Povos do Oiapoque), bem como por meio de projetos de pesquisa feitos em parceria com universidade, ou agências de fomento e desenvolvimento, como a Unesco (ProgDoc, ex: Wayana e Baniwa), por fim, por meio de projetos culturais do Museu do Índio/Funai, como os Terena, Marubo e Fulniô.

Se analisarmos as coleções etnográficas de um mesmo povo indígena, podemos também fazer algumas considerações. Em relação a artefatos cerâmicos, os Karajá (TO) são o grupo que tem o maior número de coleções, sendo 18 coleções formadas desde 1950 até 1988. É também o conjunto mais expressivo de peças, com 1.251 peças (50%) de um total de 2.471 objetos. Assim, foram sendo feitas sucessivamente distintas coleções, por

⁶ Couto, I.; Sardella, M.J. Tavares, T.; Piquet, R.; Espíndola, C. 2015. **Constituição e qualificação de acervos no Museu do Índio**, apresentação em powerpoint.

diferentes pesquisadores, sendo várias coleções de cada um deles, como Eduardo Galvão, Mario Simões (1950, 1954, 1956, 1958, 1959), Geraldo Pitaguary (1950, 1958, 1962), entre outros.

Em relação ao aspecto estético, um tipo de cerâmica muito admirado é o desenvolvido pelos Terena (MS), nota-se um número bastante reduzido de coleções, mas que têm uma característica interessante pela referência aos seus “coleccionadores”. As três coleções foram formadas por Roberto Cardoso de Oliveira (1955), Darcy Ribeiro (1950), sendo a mais recente, criada após uma lacuna de 58 anos (2013), por um indígena, a partir de um trabalho de qualificação do acervo pelos indígenas desenvolvido a partir de um projeto cultural dos Terena.

Considerações Finais

A partir das breves considerações feitas aqui sobre o acervo de artefatos cerâmicos do Museu do Índio, busquei explorar alguns aspectos dos diferentes processos de colecionamento de objetos etnográficos de povos indígenas adotados e envolvendo o Estado brasileiro.

Uma coleção expressa um conjunto de ações e interpretações de diferentes agentes, sobrepostas, sendo, portanto, uma unidade múltipla, multidimensional. O exercício interpretativo de considerar as coleções como “um evento antropológico”, enquanto um fenômeno de caráter multidimensional⁷ coloca os processos de colecionamento e suas dinâmicas em foco, o que confere novas perspectivas para os museus etnográficos, sobretudo no que diz respeito ao diálogo a se estabelecer com os povos indígenas.

O que podemos observar, em relação aos processos de colecionamento de objetos etnográficos pelo Estado é que elas passam a ser contextualizadas, antropologicamente e historicamente, com informações que são produzidas durante a coleta e no processo de pesquisa etnográfica sobre os contextos político do momento, a situação social e cultural do grupo, bem como sobre o significado dos objetos enquanto elo de intercâmbio entre o mundo visível e o invisível. Estas coleções contextualizadas guardam grande distância daquelas coleções formadas sem critérios teóricos ou científicos, como as produzidas no

⁷ Pomian, K., 1987.

processo de atuação e das práticas da instituição indigenista, a partir de contatos promovidos pelas “frentes de atração”.

Em certa medida, podemos argumentar que a análise de diferentes coleções de um mesmo grupo revelaria um aspecto da “história da arte indígena”, como propõe Lux Vidal ou mesmo de uma história dos museus etnográficos, enquanto instituições produtoras de um conhecimento sobre os povos indígenas. Seguindo neste caminho, esperamos contribuir para alimentar um debate “polifônico” sobre museus e coleções etnográficas, com diferentes contribuições e novas perspectivas, sobretudo estimuladas pelas experiências recentes dos indígenas na articulação de museus indígenas em redes.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. 1968. “Campo intelectual e projeto criador”. Em: POUILLON, Jean (org.) Problemas do estruturalismo. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. 1998. Economia das Trocas Lingüísticas. SP: Edusp.
- BOURDIEU, Pierre. 2013. Economia das Trocas Simbólicas. SP: Perspectiva.
- CLIFFORD, James. 1994. “Colecionando arte e cultura”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 23:69-89.
- CLIFFORD, James. 1997. Museum as contact zones. In: _____. Routes. Travels and translation in the late Twentieth Century. Cambridge: Harvard University Press, p. 188-219.
- COUTO, Ione Helena Pereira. Armazém da Memória da Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, Rio de Janeiro: UNIRIO-Memória Social, 2009.
- DIAS, Carla Costa e LIMA, Antonio Carlos de Souza. 2012. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional, em: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no. 34, p.199-222.
- DIAS, Carla Costa. O Museu Nacional: formando e conformando o patrimônio nacional, em: Revista ILHA, vol.8, nos. 1 e 2.
- FABIAN, Johannes. 2010. “Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar”. Mana, 16(1):59-73.
- FOUCAULT, Michel.2010. Em Defesa da sociedade (Curso no Collège de France), SP: Martins Fontes.
- O’HANLON, Michael. & WELSCH, R. (Eds.) 2002. Hunting the gatherers. Ethnographic Collectors, agents and agency in Melanesia, 1870- 1930s.USA: Bergahn Books.
- OLIVEIRA, João Pacheco. 2008. “O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, século XIX e XXI”. Tempo, 73-99
- OLIVEIRA, João Pacheco de. 1987. “Elementos para uma sociologia dos viajantes”. Em: Oliveira, J. P. de (org.) Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. RJ: UFRJ, Ed. Marco Zero.
- POMIAN, Krzystof. 1987. Collectors and Curiosities. Paris and Venice, 1500-1800. USA: Polity Press.
- PRATT. Mary Louise. 2003. Imperial Eyes. Travel writing and transculturation. London and New York: Routledge.

STOCKING, George. 1985. *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture.* (History of Anthropology 3), Wisconsin: University of Wisconsin Press.